Soft Power e cooperação militar: A ascensão brasileira no Atlântico Sul

Estevão da Cunha Camargo
Filipe da Cunha Camargo
Giovanna Sanchez
Mario Del Ferro Caieiro
Nicole Lana Leão da Silva[1]

Resumo: Este artigo, cujo objetivo é analisar diferentes ângulos dos esforços brasileiros na proteção do Atlântico Sul, ilustra a importância da cooperação e defesa dessa área, que vem recebendo constante atenção brasileira, principalmente devido à vasta riqueza natural que contém. No presente artigo será abordada também a importância política e econômica da região para o Brasil nos contextos histórico e atual, a cooperação com países africanos para a defesa do Atlântico Sul, interesses externos que a ameaçam, o ganho de *soft power* e como fazer-se presente nesse âmbito pode alavancar o país a um nível mais elevado no panorama internacional. Para que este projeto fosse elaborado, foram consultados livros e artigos relacionados ao tema de cooperação militar e defesa, documentos oficiais e notícias de fontes governamentais e militares. Por fim, a conclusão a que este chega é que o Brasil fez avanços consideráveis nos últimos anos em relação à proteção do Atlântico Sul, e que a mesma já se tornou vital ao Brasil, como pode ser comprovado observando-se a consolidação de um sistema de vigilância da Amazônia Azul e no destaque de países localizados nessa região nas relações exteriores brasileiras.

Palavras-Chave: Cooperação, Segurança, Atlântico Sul, Defesa.

A Importância do Atlântico Sul para o Brasil

O Brasil faz fronteira com nove países sul-americanos e um território ultramarino francês, a Guiana Francesa, o que representa aproximadamente 16 mil quilômetros de fronteira. Sua faixa litorânea se estende por 17 estados, em uma área de aproximadamente 514.000 km². Seu território voltado para o Atlântico Sul o aproxima de outras nações que compartilham destas águas, em especial ao que tange o continente africano (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010).

1 Trabalho realizado pelos alunos das Faculdades Integradas Rio Branco orientado pelo Professor Gunther Rudzit.

Com o final da Guerra Fria, o Atlântico Sul passou a ser um espaço geopolítico prioritário para o Brasil por fatores políticos, econômicos e de segurança. O Atlântico Sul é uma área de fundamental importância para a economia brasileira, cerca de 95% do comércio exterior brasileiro passa por rotas marítimas neste oceano. Além disso, recentes descobertas de recursos naturais na região, como petróleo e gás, aumentaram consideravelmente a preocupação com a manutenção da segurança da região, principalmente a cerca do aumento da influência externa. A proteção de tais recursos coloca o Atlântico Sul no mesmo grau de prioridade que a Amazônia numa perspectiva de defesa.

Durante os oito anos de governo Lula os laços econômicos, políticos e de segurança com países do continente africano foram aprofundados de forma significativa. A cooperação com estes países passou a ser cada vez mais diversificada, indo da cooperação técnica na área de agricultura com empresas como a Embrapa, até a cooperação militar, que teve início com o apoio e suporte técnico da Marinha brasileira para o desenvolvimento da até então inexistente Marinha da Namíbia.

> *"O discurso oficial relativo à vertente Sul-Sul desta cooperação ressalta os laços histórico-culturais transatlânticos e a solidariedade, sobretudo para com os países lusófonos da África, que chegam a receber praticamente 70% da cooperação brasileira prestada ao continente.[...]No entanto, o governo brasileiro usa a cooperação Sul-Sul não apenas para estreitar laços com parceiros históricos, mas também como forma de projetar sua influência e avançar interesses políticos, econômicos e de defesa"* (IPEA, 2014).

Política externa e política de defesa estão cada vez mais interligadas, três fatores podem ser colocados como chaves para o entendimento desta busca por aproximação com o continente africano: crise global – escassez de recursos vindos dos países desenvolvidos e necessidade de diversificar parceiros econômicos; contestação da liderança regional por países vizinhos – busca de apoio em países do outro lado do Atlântico; e por fim, aumento da importância de recursos naturais existentes no Atlântico Sul (IPEA, 2014).

A região também é central para a segurança brasileira, segundo autores geopolíticos de 1960 e 1970 (como Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, defensores ávidos da atuação brasileira no Atlântico Sul) se inimigos com forte aparato militar, como a URSS, invadissem o Atlântico Sul africano, não teriam dificuldades em chegar ao da América Latina. Somado a isso ainda existem a importância de sua proximidade com a Antártida e a gravidade de possíveis efeitos climáticos com alterações na região. Esse já era na época (anos 1960/70), um argumento a favor do aumento da Zona Econômica Exclusiva e do desenvolvimento de submarinos convencionais e nucleares, pleitos estes, que continuam centrais na estratégia brasileira de defesa do Atlântico Sul.

Este oceano é uma rota histórica de comércio entre Europa, America Latina e África. E que teve sua importância renovada pelo fato das passagens de Suez e do Panamá não responderem às demandas para comportar embarcações de maior porte e tem despertado interesse de potências como Rússia, China, EUA, etc., devido às suas riquezas. Não bastassem todos esses fatores para que se tornasse imperativa a ação do Brasil no Atlântico Sul, tem aumentado também a pirataria, que não mais se limita à região da Somália, mas tem estendido suas ações a uma esfera alarmantemente próxima das rotas dos navios petrolíferos que percorrem a região.

O Brasil sempre buscou um papel de maior destaque no cenário internacional, e para isso ele tem garantido sua área de influência, primeiro na América Latina, e, nas últimas décadas, para além do Atlântico sul, no continente africano. A presença brasileira nesses países garante não só o prestígio importante para a tentativa de concretizar ambições brasileiras, como um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas também gera ganhos nos campos político, econômico e até mesmo ecológico[2].

Esse aumento da presença brasileira no continente africano é facilitado pela falta de confiança desses países no sistema econômico e instituições vigentes (ao mesmo tempo em que são dependentes da cooperação técnica e de investimentos estrangeiros para manter seus ineficientes e caóticos Estados funcionando segundo o Conselho de Construção da Paz das Nações Unidas) (FERREIRA, SILVEIRA, CUNHA, FILHO, 2013), tornando o Brasil, segunda maior democracia do hemisfério ocidental, uma alternativa ideal a eles, devido à solidariedade brasileira frente aos problemas de subdesenvolvimento do terceiro mundo e ao histórico de imperialismo americano, ao mesmo tempo em que o País se insere na África por considerar uma dívida histórica para com estes países em razão do uso da escravidão como modelo econômico nos tempos do Império e por pregar que a maior parte da população brasileira se considera negra (SHIGUENOLI, 2012).

Simultaneamente, o Brasil passa neste momento por uma mudança econômica. De acordo com o relatório *World Energy Outlook* (2013), da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês), o País virá a se tornar grande exportador de petróleo e líder na produção mundial de energia. Com as reservas do Pré – Sal o Brasil figurará entre os seis maiores produtores de petróleo do mundo em 2035. O relatório ainda estima que o País será

2 Concessões de pesca e mineração são também de grande importância na região, porém é preciso proteger a rica biodiversidade existente na área de práticas prejudiciais a ela. Muitos navios, por exemplo, são vistos pescando de forma irregular na região ou em períodos em que a pratica é proibida. Além de uma possível diminuição no tráfico de animais, e de drogas, armas e pessoas também; com mais fiscalização.

autossuficiente em sua demanda por gás natural em 2030 através da produção de gás natural *offshore* (WORLD ENERGY OUTLOOK, 2013).

> (..) além das novas reservas de Pré-Sal brasileiro, também existem expressivas reservas de petróleo *offshore* no Golfo da Guiné, sobretudo na Nigéria, em Angola, gabão e São Tomé e Príncipe. Ainda na costa ocidental africana, a Namíbia possui grandes reservas de gás e a África do Sul de carvão.
>
> (..) O Brasil possui o litoral mais extenso e a maior plataforma marítima. Portanto, o interesse estratégico na região é evidente. Ao avaliarmos as forças motrizes que influenciam concretamente as formulações de política exterior e seu impacto sobre as relações internacionais, não podemos deixar de considerar a perspectiva geopolítica (PEREIRA,2013).

O País começou a se fazer influente na África de forma lenta, por meio de assistência técnica aos países deste continente em projetos como agricultura, petróleo, mineração e construção civil, depois evoluindo de forma intensa nos setores do comércio e da cooperação militar. É importante assegurar da presença brasileira no continente para salvaguardar interesses de empresas brasileiras, como no setor de defesa, em que o Brasil tem suprido as demandas africanas de armas, uma vez que, de 2008 a 2013 mais de 70 milhões de dólares foram vendidos para 28 países africanos em armas pequenas e munições[3] (MUGGAH; HOMPSON, 2015).

Para a Marinha brasileira, a proteção da região é uma questão de soberania e segurança nacional. Isto se deve ao fato de que a chamada "Amazônia Azul", nome em referência a Amazônia verde pela similaridade de tamanho entre elas, ser uma região rica em recursos naturais, que vão desde petróleo até ouro, estanho, cobre e diamante, sendo esses apenas exemplos das variedades minerais da região (estima-se no mínimo 17 variedades minerais, segundo a Marinha brasileira).

O Brasil tem pleiteado na ONU, a extensão de sua plataforma continental[4] para proteger as riquezas naturais da região, incluindo o Pré-Sal, e, caso a mudança seja aprovada, o País terá uma plataforma continental de 350 milhas náuticas e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 3,6 milhões de km², um considerável aumento de 963 mil km².

Para fortalecer essa demanda brasileira, está sendo desenvolvido o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), um sofisticado sistema de monitoramento para

3 Segundo a pesquisa *Small Arms Survey* de 2015 o Brasil exportou até o momento revólveres, pistolas, cartuchos de espingarda, munição de armas de pequeno porte, espingardas de tiro esportivo e de caça além de peças de pistolas, revólveres e acessórios, totalizando até o momento um montante de US$ 374 milhões.

4 São 200 milhas náuticas além da costa, na qual um país tem direito exclusivo a explorar e usar os recursos marítimos, mas caso a margem continental avance além dessa distância, o Estado pode requerer o seu prolongamento até o limite de 350 milhas náuticas, como o Brasil está fazendo.

analisar, coletar, compartilhar e apresentar informações para dispor recursos de apoio a tomada de decisões.

Além do SisGAAz, o governo brasileiro chegou a estudar, juntamente a Marinha, uma segunda esquadra que se instalaria, possivelmente, na costa do Pará, e protegeria melhor o Atlântico Sul, eliminando a vulnerabilidade da concentração excessiva de tropas no Rio de Janeiro e vincularia as duas Amazônias.

Entre os equipamentos que compõe o sistema estão navios, aeronaves, redes de dados, satélites, veículos submarinos convencionais e nucleares, aeronaves não tripuladas, etc. Esse sistema ainda poderá ser integrado, no futuro, ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) do Exército brasileiro e ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) da Força Aérea brasileira.

Apesar de levar a Amazônia Azul no nome, a cobertura desse sistema vai além dessa região. A Amazônia Azul inclui a ZEE e a plataforma continental, o SisGAAz abrange também, além das águas jurisdicionais brasileiras, áreas de responsabilidade para operações de socorro e salvamento (10 milhões de km² entre América do Sul e África), totalizando uma área de cobertura de cerca de 14.411.000 km².

O propósito do programa é aumentar a eficiência do monitoramento do tráfego marítimo e fluvial, do gerenciamento de operações realizadas, da capacidade de integrar, compartilhar e analisar dados e prover um maior conjunto de funções para auxiliar a tomada de decisões e controle de ações. Entre suas missões estão: monitorar bacias petrolíferas, a foz do Rio Amazonas e principais hidrovias e bacias fluviais, utilizar tecnologias críticas sob domínio nacional, entre outras.

As informações obtidas serão compartilhadas com outros atores, como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a Petrobrás e outros possíveis tomadores de decisão para possibilitar ações que irão de busca e salvamento e controle de tráfego de navios até operações contra o tráfico internacional, pirataria e combate à pesca ilegal e predatória.

Apesar de receber baixa prioridade por parte do governo, a Marinha brasileira segue dando continuidade ao projeto SisGAAz. O fato de ter sido estimado em R$12 bilhões[5] acabou por desestimular alguns setores do governo quanto ao projeto. Especialistas têm afirmado, porém, que o projeto pode não alcançar tal valor, já que a Marinha brasileira vem provando que tem capacidade de gerenciar suas águas jurisdicionais, como nas Operações

5 Valor apresentado durante um seminário sobre o projeto, em 2013, pelo Vice Almirante Antonio Carlos Frade Carneiro, diretor da Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha.

Amazônia Azul, por exemplo, restando contratar sensores radar e ópticos e outros equipamentos que podem ser adquiridos paulatinamente.

Outro projeto que tem avançado é o já citado submarino nuclear, que em 2013 recebeu R$ 2,5 bilhões do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal. O desenvolvimento dessa tecnologia colocará o Brasil em um grupo seleto dos detentores da mesma, junto aos cinco países que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China) e a Índia.

As Operações Amazônia Azul têm como objetivo a fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras, para intensificar o cumprimento de leis aplicáveis nas mesmas. Essas operações da Marinha são realizadas em parceria com diversos outros órgãos (por exemplo: Força Aérea brasileira, IBAMA, Receita Federal, Polícia Federal, etc.) e tem mostrado resultados bastante positivos.

Na operação de março de 2015 contou com a participação de 14 mil militares, 50 navios, 10 aeronaves e 200 embarcações das capitanias dos portos. A operação resultou em: 8.809 embarcações inspecionadas, 1.281 embarcações notificadas, 259 embarcações apreendidas, 2 madeireiras irregulares fechadas, 2 garimpos ilegais fechados com 9 prisões efetuadas neles, 2 prisões feitas por tráfico de drogas, 1 prisão por porte ilegal de arma, captura de um foragido, apreensão de 11 armas, de 812,75m³ de madeira e inúmeras outras realizações.

2. Cooperação Sul-Sul para a Defesa do Atlântico

Historicamente, a cooperação entre os países do Atlântico Sul, no que tange ao setor de defesa teve seu inicio com a proposta uruguaia de uma Organização Sul Atlântica (OTAS), no ano de 1977, que foi refutada pelo governo brasileiro, por medo de que a organização levasse a uma corrida armamentista na região do Cone Sul. Houve por parte de alguns países (a OTAS iria compor um total de 10 países do oeste da África e países sul-americanos com a costa banhada pelo Oceano Atlântico) e tentativas de aproximação com fim de implementar o OTAS, mas, por fim, o projeto foi abandonado por fala de condições ao seu funcionamento conforme idealizado inicialmente, principalmente por existir o consenso de que os países não poderiam substituir a prerrogativa da OTAN de patrulhar o Atlântico e muito menos capacidade de combater um inimigo como a URSS em caso de engajamento militar direto.

No final da Guerra Fria, com ameaças contínuas ao Atlântico Sul (como já citado, não só o interesse de agentes Estatais na região bem como os problemas supranacionais como pirataria, tráfico de drogas e pessoas, por exemplo), o Brasil finalmente sentiu a necessidade de ações para a proteção deste. Assim, no final da década de 80, o país decidiu reviver a proposta da OTAS, contudo, em uma formulação diferente. Nesse ano o Brasil propôs a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS, com objetivo de minimizar a influência externa na região, principalmente por parte da OTAN. Em 1986 a proposta foi votada e aprovada na Assembleia Geral da ONU, tendo recebido apenas 1 voto contra (dos EUA) e 8 abstenções; deixando claro que a ideia da organização não havia agradado os países desenvolvidos, interessados nos recursos naturais abundantes da região.

Embora essa organização tenha sido uma iniciativa do fim da Guerra Fria, ela foi revitalizada nas últimas décadas, quando atingiu seu auge de acumulo de capital econômico e político.

As relações brasileiras com o continente africano, bem como o olhar atento do país para o Oceano Atlântico que banha a sua vasta costa, mais precisamente o Atlântico Sul, se apresentam como um eixo estratégico para a geopolítica nacional, merecendo a formação e implementação de políticas de Estado.

A reativação da IV Frota da Marinha dos EUA[6] em 2008, bem como o aumento da militarização da região das Ilhas Malvinas/Falklands realizado pela Inglaterra nos últimos anos [7] (em território que deveria predominar a desmilitarização como diz o conceito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) visando reagir a eventuais hostilidades argentinas, além das recentes movimentações chinesas e indianas na África têm causado preocupação ao Brasil (PEREIRA, 2013).

Outras potências também manifestaram interesse pela mesma área de influência na qual o Brasil anseia. Desde 2010, a IV Frota dos EUA sedia o exercício naval conjunto *OBANGAME*, que em conjunto com marinhas sul americanas e africanas busca estreitar relações entre os EUA e os países da região no combate à pirataria, e demais atividades ilícitas

6 Que atualmente (no dia 29 de julho de 2015) possui o Navio Aeródromo USS Harry S. Truman (CVN 75), capaz de transportar aproximadamente 60 aeronaves e o Navio de Assalto Anfíbio USS Kearsarge (LHD 3) capaz de transportar até 1687 infantes e 43.745 toneladas de carga. Número ínfimo se comparado ao efetivo de 279 navios e mais de 3700 aeronaves que a US Navy dispõe, mas imaginamos que em caso de necessidade tal número pode vir a ser direcionado para o Atlântico Sul, mesmo que hoje nos pareça possibilidade remota no curto-médio prazos.

7 Um exemplo típico de tal comportamento foi o exercício inglês envolvendo mais de 20 soldados das forças especiais nas ilhas em abril de 2015 onde foi testada a capacidade defensiva das ilhas contra um possível ataque argentino semelhante ao que ocorreu em abril de 1982.

(como o tráfico de pessoas, drogas e animais, por exemplo) que prejudiquem as economias africanas e americanas como um todo. Porém, países que não fazem parte da região do Atlântico Sul também participam do exercício, sendo alguns deles países europeus membros da OTAN[8], um sinal que a região é alvo de interesses de inúmeras nações pelo globo, o que exige cautela nas movimentações brasileiras em seu processo de legitimação de sua influência no Atlântico Sul.

A declaração do Ministro das relações exteriores espanhol, Miguel Àngel Moratinos, em 2009, durante o fórum de discussão denominado "Iniciativa do Atlântico Sul" que gerou a declaração de Lanzarote[9] (Espanha) gera preocupação:

> *(..) El silgo XX fue el siglo del Atlántico Norte y en este momento de cambio importante, de nuevas propuestas de organización económica, financiera, política, y de seguridad ha llegado la hora del Atlántico Sur y de un Atlántico global que pueda estar a la altura de los cambios que se dan en otras zonas como el Pacífico".*

A pretensão de maior atuação no Atlântico Sul é almejada desde os anos 70 pelos estrategistas militares brasileiros, porém tal meta foi perseguida com maior vigor durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Durante este período, ocorre uma movimentação brasileira rumo à consolidação de sua influência no Atlântico Sul, a instauração do Fórum IBAS (composto por Índia, Brasil e África do Sul) e BRICS (composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são componentes essenciais da estratégia nacional de atuação na região[10]. O controle da região Antártica (legitimado pelo Plano de Defesa Nacional de 2010) para o desenvolvimento econômico através da apropriação de seus recursos econômicos[11] bem como seu uso como

8 *This year's (2015) participating nations in Obangame Express 2015 included Angola, Belgium, Benin, Brazil, Cameroon, Ivory Coast, Democratic Republic of Congo, Denmark, Equatorial Guinea, France, Gabon, Germany, Ghana, Nigeria, Norway, Portugal, Republic of Congo, Sao Tome & Principe, Spain, Togo, Turkey, the United Kingdom and the United States, as well as the Economic Community of West African States (ECOWAS) and the Economic Community of Central African States (ECCAS).*

9 Angola, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Espanha, França, Marrocos, Nigeria, Portugal, Senegal e Uruguai participaram do evento,a participação brasileia no evento para nós representa o olhar atento nacional às movimentações internacionais sobre a zona de influência desdenhada pelo Brasil.

10 Ao atrair Índia e África do Sul para a zona de influência brasileira o país faz uma ligação entre o continente africano e a Ásia, controlando o Estreito do Cabo da Boa Esperança da África do Sul ao mesmo tempo que garante uma porta de entrada marítima para a Ásia através do Oceano Índico para as exportações brasileiras, diminuindo a necessidade, em nosso entendimento de percorrer o Oceano Pacífico através do Canal do Panamá, para alcançar o mercado interno chinês, por exemplo.

11 Tais como petróleo, gás, cobre, urânio, e ainda por cima, possuir 70% da água doce do planeta além disso o continente detém posição estratégica entre o Estreito de Drake, que passa os Oceanos Atlântico Sul e Pacífico Sul, e a rota do Cabo que passa entre os Oceanos Atlântico Sul e Índico.

base militar pelo Brasil[12] é vista como um elemento chave para o país firmar presença na região.

Ainda nesse período, as relações brasileiras na África ganham relevância em especial na África Lusófona, mas a expansão da influência brasileira ganha força no continente posteriormente, migrando da cooperação técnica para a cooperação militar, incluindo a exportação de matéria de defesa local para os países africanos[13].

O sucesso brasileiro no continente africano é evidente, o país oferece uma alternativa de cooperação ao modelo liberal de cooperação (defendido pela ONU e pelos países desenvolvidos visto como uma nova tentativa de colonizar os países recém — libertos da dominação das metrópoles) centrado no desenvolvimento das instituições dos ditos Estados falidos ou Narco Estados africanos, que passaram por um processo de independência mal planejado e hoje sofrem as consequências de não terem um aparato estatal bem desenvolvido, ao mesmo tempo em que se deparam com conflitos internos de difícil resolução. Tais conflitos podem alargar-se para as suas desguarnecidas fronteiras envolvendo toda uma região, resultando em perdas de vidas inestimáveis (FERREIRA, SILVEIRA, CUNHA, FILHO, 2013).

Ou seja, o transplante desse modelo de paz liberal muitas vezes não leva em consideração as características próprias do país como cultura, história, costumes; gerando muitas vezes o fracasso das ações (RICHMOND, 2010).

Soft Power Brasileiro.

Primeiramente para se entender como o *soft power* brasileiro influencia no controle da região, é necessário entender as raízes do termo *soft power* em relação ao Brasil.

---

12 Apontado por Therezinha de Castro nos anos 70, que previa através do princípio de confrontação no qual consistia na defesa do direito de posse brasileiro de todo território antártico que perpassasse pelo Meridiano de Greenwich que demarcasse o território nacional.

13 A venda de aviões turbo hélice A 29 SUPER TUCANO para países africanos como Angola, Burkina – Faso, Mauritânia, Gana, Mali e Senegal bem como a contribuição brasileira na criação da Marinha da Namíbia, a venda de 141 unidades da viatura AGRALE MARRUÁ para o país em 2014 bem como a aquisição de um navio patrulha de 500 toneladas classe Grajaú de fabricação nacional através do estaleiro INACE sob a supervisão da ENGEPRON em 2004 bem como de duas lanchas de patrulha podem ser vistos como um reflexo desta ofensiva brasileira rumo ao estreitamento das suas relações com os países africanos, indo além do campo econômico e técnico que no caso namibiano envolveu a formação de oficiais da marinha namibiana possibilitado a partir de 2001 com o Acordo de Cooperação Naval assinada entre Brasil e Namíbia além da formação do primeiro corpo de Fuzileiros navais da Marinha da Namíbia (desde o início do programa de treinamento, em 2005,foi formado um total de 500 militares segundo a BBC em 2013) em 2009 (iniciando o curso em 2005) pela Marinha do Brasil, por exemplo.

A denominação soft power foi criada pelo cientista Joseph Nye, que pode ser traduzida como poder brando, em seu livro *Bound To Lead,* publicado em 1990. Esse livro serviu para que fosse possível entender o porquê entre todas as nações, os Estados Unidos eram a nação mais forte, não só militarmente ou economicamente, mas sim na maneira de influenciar outros países e atores sem ameaças militares ou de sanções econômicas, fazendo com que esses atores ou países tomem decisões que lhes favoreçam.

Nesses aspectos, o Brasil sem a utilização de ameaças empregando armamentos ou sanções econômicas, tem influenciado seus vizinhos no âmbito do desenvolvimento, resolução de conflito (muito importante, pois por muitos anos o Brasil tem assumido uma diplomacia pacífica), e uma importante evolução na sua identidade como país sul-americano.

Para manter o controle do Atlântico Sul, o Brasil aumentou significativamente sua cooperação internacional ao longo dessa última década em busca de acrescer a sua influência na região, podendo assim, avançar seus interesses políticos, econômicos e de defesa, que em outras palavras, o País utiliza da cooperação sul-sul para poder ampliar sua influência no exterior para obter mais oportunidades de mercados, parcerias políticas e influência no âmbito de defesa com a cooperação dos países em desenvolvimento.

Este último, por sua vez, tem uma vinculação crescente entre política externa e política de defesa, com o aumento da representação militar no exterior, para maior aproximação com a África e a busca de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A influência do Brasil na África vai além dos países de língua portuguêsa no continente, o idioma é uma forma clara de s*oft powe*r utilizada pelo Brasil. Os acordos de segurança com a África vêm aumentando desde a última década pelo desejo de ampliar oportunidades de negócios para empresas brasileiras de defesa.

Por exemplo, em 1994, o Brasil assinou um acordo de cooperação de defesa com a Namíbia que hoje, o País é o principal fornecedor e parceiro de treinamentos da Marinha da Namíbia. Em 2001, o Brasil garantiu sua presença na África Meridional ao abrir uma missão naval em Walvis Bay, o maior porto comercial e único porto de águas profundas da Namíbia[14]).

---

14 Segundo o artigo “Amazônia Azul: Brasil confirma sua influência do outro lado do Atlântico”, a Namíbia foi só a primeira. O Brasil também assinou acordos de cooperação de defesa com Cabo Verde (1994), África do Sul (2003), Guiné-Bissau (2006), Moçambique (2009), Nigéria (2010), Senegal (2010), Angola (2010), e Guiné Equatorial (2010 e 2013) e considerando as conquistas por nós já apresentadas como a exportação de material de defesa para o Mali e Gana a influência brasileira na África para nós, tende a expandir, pois temos laços culturais e históricos importantes como também já foi apresentado.

Esses fatos confirmam que o Brasil está avançando com seu *soft power* no Atlântico Sul. E nesse processo, sua aproximação com a África mostra que o Brasil tem um papel importante no cenário mundial.

No restante do século XX, a utilização do *soft power* e a persuasão moral, tem promovido o Brasil para uma liderança global melhorada, com um corpo diplomático altamente profissional e eficaz, sempre dentro dos limites da ordem global existente[15].

O Brasil, mesmo sem exercer uma liderança formal, sempre atuou de forma eficaz em instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros; se posicionando como uma voz para as nações em desenvolvimento (podemos citar inclusive rapidamente como exemplo desse engajamento nacional para a representatividade da voz dos países subdesenvolvidos a articulação junto aos BRICS do chamado Novo Banco de Desenvolvimento, com capital estimado em US$50 bilhões destinados a financiar projetos de infraestrutura de países subdesenvolvidos, desenvolvido para atuar em complemento ao FMI e Banco Mundial, tal iniciativa pode ser interpretada como mais uma estratégia nacional de ascensão internacional através da representatividade dos países subdesenvolvidos historicamente semelhantes), consequentemente, habilitou-se ao reforçado acesso político e econômico em todo o mundo em desenvolvimento.

O *soft power* envolve confiança, credibilidade e influência e esses aspectos levam tempo. É um processo cujo resultado é mais demorado que as sanções econômicas ou o emprego do poderio militar. Porém, para o Brasil, que tem um grande território e uma extensa quantidade de fronteiras e com um longo histórico de paz, mesmo lenta, essa é a medida mais racional, a negociação e as redes de cooperação. O Brasil é possuidor de um grande arsenal de *soft power*, que é baseado em sua cultura de massas e seu histórico na diplomacia,

Percebe-se que, no campo da segurança e defesa, não há a intenção de criar um grande mecanismo coletivo de defesa capaz de atuar para garantir a utilização sem constrangimentos ou ameaças do Atlântico Sul, mas sim uma cooperação para que os países africanos lindeiros deste oceano possam construir forças armadas e de segurança pública capazes de garantir a paz interna e, consequentemente, regional. Assim, o Brasil estaria colaborando para um mundo mais seguro, ao

15 Expressado no artigo America Must Take Brazil Seriously, sobre o fato de o Brasil ter lutado ativamente com os Aliados na Primeira Guerra Mundial e na Segunda Guerra Mundial, e não ter sido recompensado com a adesão do comitê executivo de tanto a Liga das Nações quanto as Nações Unidas. No entanto, as realidades de ser uma nação em desenvolvimento significaram que tais ambições permaneceriam apenas aspirações até que a força política, econômica e militar brasileira aumentasse em relação aos que tinham estabelecido o sistema internacional pós-guerra.

mesmo tempo em que conseguiria uma melhor articulação com diversos atores do sistema internacional (AGUILAR, 2013).

Conclusão

Após levantar a importância do espaço geopolítico que é o Atlântico sul, seus fatores fundamentais para o Brasil na grande Amazônia Azul e o relacionamento com o continente africano pela cooperação sul-sul em defesa do Atlântico Sul, coloca a região como prioridade na perspectiva de defesa, que nas ultimas décadas tem aumentado o número de acordos entre Brasil e África, trazendo um destaque para o Brasil no cenário internacional.

Os avanços na relação entre Brasil e o continente africano, embora no início tenha acontecido de forma lenta, na cooperação estratégica de defesa no atlântico sul tem mostrado sucesso, expandindo a influência brasileira no continente pela cooperação militar e exportação de matéria de defesa local para países africanos, trazendo desenvolvimento para os países além da segurança a partir de um modelo de cooperação defendido pela ONU.

Outro ponto levantado, sobre o *soft power* Brasileiro, tem trazido confiança e influência com os vizinhos e no cenário internacional, utilizando a cooperação Sul - Sul para aumentar sua influência no exterior e ganhar oportunidades no mercado pela cooperação dos países em desenvolvimento.

O que confirma que o Brasil está avançando na região do Atlântico sul, com a importante aproximação com a África em defesa da região, que é uns dos principais pontos estratégicos tanto para o Brasil quanto para o continente africano, como rotas marítimas de comércio, as riquezas naturais da região, onde são realizados projetos para fiscalização em proteção da área, para prevenir possíveis ameaças de invasão e impedir a pirataria, o que torna de extrema importância a sua proteção, que para o Brasil é tratada como uma questão de soberania e segurança nacional.

Referências Bibliográficas

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Brasil e a cooperação em defesa**: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00005.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Agência Internacional de Energia. **World Energy Outlook 2013**. International Energy Agency. Portuguese Translation. Paris, 2013, Sumário, p.7. 2013.

AGRALE. **Forças Armadas da Namíbia Adquirem viaturas Agrale Marruá**. 24 NOV 2014. Disponível em: <http://www.agrale.com.br/pt/imprensa/noticias/detalhes/374/forcas-armadas-da-namibia-adquirem-viaturas-agrale-marrua#.VY-MiCZRFMs>. Acesso em: 23 jun. 2015.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. In: O Atlântico Sul, o Brasil e a Cooperação entre Semiperiferia e Periferia. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre. v.2, n.4. Jul/Dez. 2013. Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/42565/26985>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Amazônia Azul - Brasil quer aumentar domínio marítimo em busca de recurso. **Notícias ao Minuto.** 2015. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/18169/Amazonia-Azul---Brasil-quer-aumentar-dominio-maritimo-em-busca-de-recurso/>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **A Marinha do Brasil e sua projeção no Continente Africano.** Rio de Janeiro. UFRJ. Disponível em: <www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MBCA.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BEDINELI, Talita. **Para blindar pré-sal, país gasta bilhões no controle da Amazônia azul.** 2014. Disponível em: < http://www.defesaaereanaval.com.br/para-blindar-pre-sal-pais-gasta-bilhoes-no-controle-da-amazonia-azul/?print=pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antonio Celso Alves (orgs.). Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar. Brasília, **Funag**. 2014. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BOMFIM, Ricardo. Maior fabricante de armas do Brasil, Taurus se prepara para guerra contra a dívida. **InfoMoney.** Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/forjastaurus/noticia/3762250/maior-fabricante-armas-brasil-taurus-prepara-para-guerra-contra-divida>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BUZAN, Barry. **People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations.** Universidade de Michigan: Wheatsheaf Books, pag. 226. 1983.

CASTRO, Therezinha de. **Antartica**: Assunto que renasce. Cultura Militar, XXII (218), 20 sem, p.91-103. 1971.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Antartica**. Rio de Janeiro. Freitas Bastos.1976.

CORRÊA, Fernanda. **Atlântico Sul**: e se não for um projeto político só da ZOPACAS?. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9566/Defesa-em-Debate---Atlantico-Sul--e-se-nao-for-um-projeto-politico-so-da-ZOPACAS>. Acesso em: 29 jun. 2015.

COSTA VAZ, Alcides; FLEMES, Daniel. Security Policies of India, Brazil and South Africa. Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. **GIGA Working Paper 160.** Hamburgo, German Institute of Global and Area Studies. 2011.

DURING, Nelson**.** SisGAAz **– Um projeto ambicioso. 2014.** Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/13964/SisGAAz-%E2%80%93-Um-projeto-ambicioso/>. Acesso em: 29 jun. 2015.

Entenda: Banco dos Brics. **G1**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/07/entenda-banco-dos-brics.html>. Acesso em: 29 jun. 2015.

EUROPA PRESS. **La Iniciativa del Atlántico Sur sella la Declaration de Lanzarote y anuncia una reunión en Nueva York en septiembre.** 13 jun. 2009. Disponível em: <www.europapress.es/nacional/noticia-iniciativa-atlantico-sur-sella-declaracion-lanzarote-anuncia-reunion-nueva-york-septiembre-20090613180022>. Acesso em: 30 jun. 2015.

FARNSWORTH, Eric. America must take Brazil seriously**. National Interest.**15 jun 2015. Disponível em: <nationalinterest.org/feature/america-must-take-brazil-seriously-13111>. Acesso em: 23 jun. 2015.

FERREIRA, Ana Clara de Freitas; SILVEIRA, Kaiutan Venerando Ruiz da; CUNHA, Mayara Nascimento; FILHO, Ricardo Prata. **Estratégias para a Consolidação da Democracia na Libéria e Guiné – Bissau. Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas.** Disponível em: <http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/14.-CCP-Artigo.pdf>.Acesso em: 01 jul 2015.

FRANKS, F.; RICHMOND, O. **Liberal Peace Transitions:** Between Statebuilding and Peacebuilding. Edinburg: Edinburg University Press Ltd, 2009.

GIANNANGELI, Marco. **UK Forces test Falklands defences amid fears Argentina are on brink of invasion.** Express. 18 abr 2015. Disponível em: <www.express.co.uk/news/uk/569906/British-Special-Forces-invade-Falklands-Argentina-threat>. Acesso em: 29 jun. 2015.

GRAYLEY, Monica Villela. Guiné-Bissau e Brasil devem fechar nova parceria na área militar. **EBC.** 19 dez 2014. Disponível em: <www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/12/guine-bissau-e-brasil-devem-fechar-nova-parceria-na-area-militar>. Aceso em: 02 jul 2015.

HELENO, Eduardo. **O soft power brasileiro em busca de uma identidade sul-americana.** Disponível em: <https://www.academia.edu/6885403/O_soft_power_brasileiro_em_busca_de_uma_identidade_sul-americana>. Acesso em: 29 jun. 2015.

HENSLEY, Corey. **OBANGAME Express 2015 Concludes in the Gulf of Guinea.** Gana. ACCRA. 30 mar. 2015. Disponível em: <http://www.africom.mil/newsroom/article/25316/obangame-express-2015-concludes-in-the-gulf-of-guinea>. Acesso em: 29 jun. 2015.

IPEA. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico : América do Sul e Atlântico Sul.** Brasilia: Ipea, p. 254. 2014.

KORNEGAY, Francis. 2009. The Geopolitics of IBSA: The South African Dimension. In: **Anais Da III Conferência Nacional De Política Externa E Política Internacional**: O Brasil No Mundo Que Vem Aí - IBAS. Brasília: Funag. 2011.

KORNEGAY, Francis. South Africa, The Indian Ocean and the IBSA-BRICS Equation: Reflections On Geopolitical And Strategic Dimension. Nova Déli: **ORF Occasional Paper.** Ministério da Defesa (Índia). Disponível em: <www.india-defence.com/reports-4527>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MARINHA DO BRASIL. **Operação Amazônia Azul.** 2015. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/18334/Marinha-do-Brasil---Operacao-Amazonia-Azul/>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MATTOS, Leonardo Faria de. **Antártica e o Pensamento Geopolítico Brasileiro**. Rio de Janeiro. ESG. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/antartica.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MILES, Dona. SouthCom Transformation Promotes New Approach to Regional Challenges. Miami. **Serviço de imprensa das Forças Armadas dos EUA**. 26 ago 2008.Disponível em: <www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=50936>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa.** 2008.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Guiné – Bissau quer contar com experiência militar brasileira.** Brasília. 10 jun 2015. Disponível em: <www.defesa.gov.br/noticias/15961-guine-bissau-quer-contar-com-a-experiencia-militar-brasileira>. Acesso em: 04 jul 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa.** Disponível em: <http://www.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fbibspi.planejamento.gov.br%2Fhandle%2Fiditem%2F461&h=9AQEOm7U5>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil.** 2010.

MUGGAH, Robert; THOMPSON, Nathan. **The Blue Amazon**: Brazil Asserts Its Influence Across the Atlantic. Foreign Affairs. Jun 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2015-06-11/blue-amazon>. Acesso em: 23 jun. 2015.

NYE, Joseph S. **Bound to Lead**: The Changing Nature of American Power. New York: Basic.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estratégias e Relações Internacionais**. v.2, n.4, jul – dez. 2013. PETROBRÁS. Pré-Sal. Disponível em: <.www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>. Acesso em: 23 jun. 2015.

PORTAL BRASIL. **Brasil aceita cooperar na formação militar de Guiné – Bissau.** Brasília. Ministério da Defesa 30 jun 2014. Disponível em: <www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/05/brasil-aceita-cooperar-na-formacao-militar-de-guine-bissau>. Acesso em: 04 jul 2015.

QUERO, Caio. Fuzileiros brasileiros exportam organização e até expertise musical para Namíbia. **BBC Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130516_fuzileiros_namibia_cq>. Acesso em: 29 jun. 2015.

RICHMOND, O. P. Para Além da Paz Liberal? Resposta ao "Retrocesso". **Contexto Internacional**, v. 32, n.2 jul./dez.2010.

RIGUAL, Christelle. **Small Arms Survey 2015**: Weapons and the World. 2015. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/A-Yearbook/2015/eng/Small-Arms-Survey-2015-Chapter-04-Annexes-4.1-4.2-EN.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

RIZZI, K. A instabilidade contínua na Guiné-Bissau. **Meridiano 47,** n. 117, p. 23-26, abril de 2010.

SALLES, Felipe. **Assinado acordo de intenções para a venda de derivado da Classe Barroso para Guiné – Equatorial.** Agência Linha de Defesa, 06 jul 2010. Disponível em: <www.alide.com.br/joomla/index.php/component/content/article/75-extra/1423-assinado-acordo-de-intencoes-para-venda-de-derivado-da-classe-barroso-para-guine-equatorial>.Acesso em: 04 jul 2015.

SEMEDO, R. J. **O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político- institucionais.** In: 7º Congresso Ibérico De Estudos Africanos. Trabalhos apresentados. Lisboa, 2010.

SHIGUENOLI, Myamoto. **Geopolítica do Brasil: Algumas Considerações.** UNICAMP. 2012. Disponível em: <www.academia.edu/1756942/Geopol%C3%Adtica_do_Brasil_algumas_considera%C3%A7%C3%B5es>.Acesso em: 30 jun 2015.

SILVA, Alexandre Pereira. **O novo pleito brasileiro no mar**: a plataforma continental estendida e o projeto Amazônia Azul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/06.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

UNODC. **Cooperação Internacional**: Brasil forma oficiais que irão administrar Academia de Polícia na Guiné – Bissau. 21 mai 2010. Disponível em: <www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/05/21-cooperacao-internacional-brasil-forma-oficiais-que-irao-administrar-academia-de-policia-na-guine-bissau>.Acesso em: 04 jul 2015.

UNODC. **Ônibus brasileiros chegam à Guiné – Bissau para o Centro de Formação das forças de segurança do país.** 14 abr 2011. Disponível em: < www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/04/14-onibus-brasileiros-chegam-a-guine-bissau-para-o-centro-de-formacao-das-forcas-de-seguranca-do-pais>.Acesso em: 05 jul 2015.

US NAVY. **Fact Files**: Aircraft Carriers (CVN).16 out 2014. Disponível em: <www.navy.mil/navydata/fact_display.asp?cid=4200&tid=200&ct=4>. Acesso em: 29 jun. 2015.

US NAVY. **Status of the Navy.** 29 jun 2015. Disponível em: <www.navy.mil/navydata/nav_legacy.asp?id=146>. Acesso em: 29 jun. 2015.

WILTGEN, Guilherme. **Marinha pode economizar em sistema de defesa.** 2015. Disponível em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/marinha-pode-economizar-em-sistema-de-defesa/>. Acesso em: 29 jun. 2015.